

## O MERCOSUL COMO EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

**Fabiane Frois Balbé<sup>1</sup>, Taize Andrade Machado<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Aluna do Mestrado em Integração Latino-Americana/UFSM. Bacharel em Economia/UFSM.  
e-mail: fabianefrois@bol.com.br.

<sup>2</sup> Aluna do Mestrado em Integração Latino-Americana/UFSM. Bacharel em Economia/UFSM.  
e-mail: taize21@yahoo.com.br.

### Resumo

O trabalho analisa as principais dificuldades na evolução do Mercosul, pois decorrido mais de quinze anos da assinatura do Tratado de Assunção, o Mercosul permanece como uma União Aduaneira “imperfeita”. Apesar do crescimento significativo do fluxo comercial entre os países-membros, para o processo integracionista evoluir, é preciso políticas que diminuam as assimetrias entre os Estados-membros, formação de uma identidade regional e implantação de políticas macroeconômicas convergentes.

**Palavras-chave:** Mercosul, assimetrias regionais, identidade regional e políticas macroeconômicas convergentes.

### 1 Introdução

Entre os objetivos de uma integração econômica está o aproveitamento de economias de escala, estímulos aos investimentos e vantagens de especialização. Assim, o Mercosul surge como opção à marginalização crescente da América Latina no sistema econômico mundial. Em seus primeiros anos de existência o bloco incrementou significativamente o comércio entre seus membros, entretanto, parece estar vivenciando uma crise, quando não consegue aprofundar o acordado no Tratado de Assunção.

A crise enfrentada pelo Mercosul pode levar alguns analistas a acreditarem que o Bloco é inviável. Entretanto, os dados econômicos referentes aos países que fazem parte desta União Aduaneira (UA) mostram que houve um crescimento importante do comércio intra-bloco, o que mostra a viabilidade do mesmo, havendo necessidade de corrigirem-se alguns pontos em que o Tratado não está sendo cumprido.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar o processo integracionista entre os países do Mercosul, detectando as principais falhas, que impedem a evolução do acordo comercial.

### 2 Teoria da integração econômica

A integração econômica do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai é baseado na Teoria de Integração Econômica ao cumprir certas fases de integração (Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum) e buscar alcançar o desenvolvimento das nações envolvidas através da integração econômica.

O Mercosul faz parte de um novo modelo de integração para América Latina, antes impregnada de proteções comerciais. O processo de integração é baseado na concepção de Regionalismo Aberto da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL),

em que uma integração econômica regional aumentaria o grau de inserção internacional dos países-membros<sup>1</sup>. Neste sentido, a integração regional se justifica como uma ordenação mais aberta e transparente da economia internacional, pois se converte em um mecanismo de diversificação de riscos.

As duas maiores conseqüências da integração econômica foram identificadas por Viner e são criação de comércio e desvio de comércio. Quando ocorre geração de comércio, parte da produção interna de uma nação-membro da UA é substituída por importações de custo inferior de outra nação-membro (Salvatore, 2000). A União Aduaneira criadora de comércio aumenta o bem-estar das nações não-integrantes, porque parte do aumento de sua renda se transforma em importações crescentes para o resto do mundo.

O desvio de comércio ocorre quando as importações de custo inferior de nações não-integrantes da UA são substituídas por importações de custo superior de uma nação membro da UA. O desvio de comércio deteriora a alocação de recursos e invalida, muitas vezes, a produção baseada nas vantagens comparativas, porque por si só reduz o bem-estar porque desloca a produção dos produtores mais eficientes não integrantes da UA, para produtores mais eficientes participantes do acordo comercial.

Entretanto, mesmo a união aduaneira que desvia o comércio pode ser benéfica. Ao reduzir sua demanda de importações e a sua oferta de exportações para o resto do mundo, acarretará provavelmente, um aprimoramento nos termos de troca do bloco. Como analisa Machado (2000), a alteração dos preços relativos resultante da formação de uma UA pode compensar os custos gerados pelo desvio de comércio, por meio do aumento do consumo do bem produzido na região. Já a UA criadora de comércio levará ao contrário, pois parte do aumento da receita real resultante da formação da UA será diluída através do aumento da demanda de importações do restante do mundo.

Existem outros efeitos estáticos sobre o bem-estar quando é formada uma UA. Um deles é a eliminação de funcionários nas alfândegas, patrulhamento de fronteiras e maior poder de barganha nas negociações comerciais com terceiros países. Além dos benefícios estáticos, a UA produz benefícios dinâmicos. Estes decorrem do aumento da concorrência, economias de escala, estímulo aos investimentos e melhor utilização dos recursos econômicos.

O aumento da concorrência poderia ser considerado o maior efeito dinâmico. Na ausência de uma forte concorrência, os produtores tornam-se acomodados, pois são respaldados pelas barreiras comerciais. O nível de concorrência crescente, caracterizado pela implantação de uma UA, tende a estimular o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias.

As economias de escala também são efeitos importantes da UA. Como resultado da expansão do mercado, mesmo uma nação pequena poderá superar a reduzida dimensão de seu mercado doméstico e alcançar economias de escala significativas em sua produção. Assim, para tirar vantagem de um mercado expandido e fazer face a concorrência crescente, a formação de uma UA também estimula os investimentos, a livre mobilidade do capital e da mão-de-obra em nível comunitário, que tende a gerar uma utilização mais eficiente dos recursos econômicos de toda economia (Machado, 2000).

---

<sup>1</sup> De acordo com os princípios do Regionalismo Aberto, a integração é um processo complementar com vistas a atingir formas mais dinâmicas na economia internacional, ou seja, seria um caminho ao multilateralismo.

É claro que tornar-se membro de uma UA em razão de seus benefícios estáticos, é sempre a segunda melhor opção (*second best*), pois a melhor política seria que a nação eliminasse unilateralmente todas as suas barreiras comerciais.

Neste contexto, o Mercosul busca alcançar o desenvolvimento econômico através da criação de comércio dos países-membros e fluir os benefícios dinâmicos da integração econômica.

### 3 Histórico do Mercosul

O Mercosul é fruto das relações argentino-brasileira, resultado de um longo processo de amadurecimento histórico. Criado em 1991, é constituído por Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina.

No dia 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, assinaram o *Tratado de Assunção* (TA), marco institucional do Mercado Comum do Sul (Mercosul). No acordo, os quatro Estados estabeleceram objetivos fundamentais visando à ampliação de seus mercados nacionais através da integração econômica, concordando que esta representava a melhor maneira parara acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social. Desta forma, o Mercosul iria se apresentar no Cone Sul como um importante e promissor meio de retomada do crescimento econômico, e, aos poucos, outros Estados buscariam integrar o grupo<sup>2</sup>.

O Mercosul estabelece um novo *marco histórico* para a América Latina, que por um lado, é fruto e resultado de um lento processo de amadurecimento histórico que levou seus países-membros, de certa forma, a substituir o conceito de conflito pelo ideal de integração. De outro, o TA se apresenta como um acordo internacional de cunho significativamente econômico que significou a coroação de um projeto estratégico regional de natureza política. Sendo assim, qualquer processo de integração econômica está condicionado a aliança entre nações dispostas a compartilhar mercados, instituições e um conjunto de regulamentações, a fim de alcançarem os objetivos estabelecidos, que no caso do Mercosul seria constituir um *Mercado Comum* entre os países membros no prazo de quatro anos<sup>3</sup>.

#### 3.1 Problemas no Mercosul

Atualmente o Mercosul, que tinha como objetivo ser um Mercado Comum, se encontra entre uma ZLC e UA. A seguir será exposto as principais variáveis que podem ter influenciado negativamente a evolução do Mercosul.

##### 3.2.1 Assimetria entre os Estados

A assimetria entre os Estados constitui-se no primeiro elemento de discórdia entre os analistas da integração. Para alguns, a assimetria em termos de desenvolvimento econômico e, também, do tamanho dos mercados consumidores nacionais, entre os Estados, seria fator positivo, para outros, negativo.

---

<sup>2</sup> O TA, no Capítulo IV - Artigo XX estabelece as regras para adesão de outros Estados.

<sup>3</sup> Estabelecido no Artigo I, do TA, deveria ser estabelecido a 31 de dezembro de 1994.

O TA em seu Artigo VI reconhece a assimetria entre os Estados, regulamentando no Anexo I um Programa de Liberação Comercial (PLC) diferenciado para Paraguai e Uruguai, os “menores” do grupo. O Protocolo de Brasília (dezembro de 1991), ao aprovar o Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) do bloco<sup>4</sup>, visava criar formas de lidar com as questões assimétricas.

Um dos litígios que o Mercosul enfrentou entre dois de seus membros, Argentina e Uruguai foi denominado de “crise das *papelleras*”. Como analisado anteriormente, o TA admite a existência de assimetrias entre os Estados Membros, tanto que estabelece diferentes critérios de tratamento para Uruguai e Paraguai, mais fracos economicamente em relação à Argentina e Brasil. Porém, no Tratado não estão previstos formalmente projetos de transferência de capitais, via investimentos. Provavelmente, essa seria a única forma de lhes dar condições de concorrência e conseqüente crescimento econômico.

Parece natural que haja, nesse caso, uma disputa por parte dos Estados na atração destes investimentos. Foi o que ocorreu com Argentina e Paraguai, que passariam a disputar, durante o ano de 2005, pela atração e implantação de investimentos estrangeiros no setor de celulose. Com o objetivo de fechar um dos maiores negócios no setor de celulose e assim dar maior dinamismo as suas economias, Argentina e Uruguai, travaram uma guerra fiscal, onde ao final, quem venceu foi o Uruguai. Apesar de possuir grandes áreas de reflorestamento próprias e prontas para a exploração industrial de celulose, o Uruguai, diferentemente da Argentina, não possuía em seu território uma única planta de celulose.

Se a crise das *papelleras* deixa dúvida se há verdadeiramente assimetrias no Mercosul, que levam a guerra comercial, nações que tem compromisso firmado em um tratado de integração econômica, os dados econômicos, entretanto, não deixam dúvidas.

Na Tabela 1 é analisado a trajetória de crescimento do Mercosul. Observa-se que o diferencial no ritmo do crescimento do PIB nos países membros fez com que os sócios menores em pouco contribuíssem para o peso relativo no Mercosul.

**Tabela 1.** Crescimento médio anual (%) do PIB.

País	1995	2000	2005
Argentina	-2,0	-3,2	3,2
Brasil	-2,6	-4,0	1,8
Paraguai	-1,1	-2,3	-0,3
Uruguai	-1,1	-2,3	-
Mercosul	-2,4	-3,7	2,0

Fonte: CEPAL

Quanto à composição da estrutura produtiva no Mercosul, os resultados também são reveladores. De acordo com Baumann & Mussi (2006), comparando-se as estruturas produtivas em 1990-92 e 2003-05 destaca-se a redução do setor manufatureiro nos

---

<sup>4</sup> Previsto no Anexo III do TA.

quatro países do Mercosul, com aumento na participação da agricultura, pesca, sivilicultura e caça.

Os bons resultados obtidos na produção agrícola refletem avanços obtidos na exploração produtiva dos setores agrícolas, mas segundo os autores citados, este desempenho está abaixo de outros países da região e, além disso, houve um aumento desigual no aumento da produção de alimentos por habitante, o que tende afetar a percepção de ganho por parte dos indivíduos desses países. Na ótica do comércio internacional, o Bloco é altamente dependente de suas exportações agrícolas e isto torna vulnerável à entrada em mercados altamente protegidos, como o norte-americano e europeu (Baumann e Mussi, 2006).

Já no setor industrial, houve aumento significativo na Argentina, Brasil e Paraguai, mas o Uruguai apresentou retração neste período. Quanto à composição manufatureira, em todos os países os principais componentes são de recursos naturais (alimentos e bebidas, produtos têxteis, combustíveis, produtos minerais e outros), o que é uma indicação que nesses países há participação expressiva de setores em que há importante economias de escala, mas presença restritiva de setores intensivos em capital. A caracterização do setor manufatureiro explica as divergências nas negociações sobre a TEC. No Uruguai e no Paraguai mais da metade da produção industrial está limitada aos alimentos e bebidas, enquanto na Argentina e Brasil a produção é mais diversificada (Baumann e Mussi, 2006). Neste contexto, talvez um dos erros do Mercosul seja não ter possuído um fundo de compensação para regiões e setores produtivos prejudicados pelo processo integracionista.

### 3.2.2 Inexistência de identidade integracionista dos atores sociais

Muitos analistas entendem que um dos fatores para concretização do Mercosul é a inexistência de uma identidade integracionista regional. O que se tem visto atualmente é que o novo mercado serve para fortalecer a atuação dos países membros no exterior, como a coordenação das exportações dos principais produtos da pauta comercial, mas este não provoca ajustes intra-regionais que venham a romper a proteção nacional em certas áreas sensíveis, protegidos pela Tarifa Externa Comum (TEC).

Os processos de integração têm como fonte de poder os povos nele envolvidos. É importante a formação de uma cidadania própria, pelo qual se crie espaço de participação social para a coletividade e para os indivíduos que dele façam parte. A cidadania representa um fator de aproximação entre as pessoas envolvidas no processo de integração ao expressar o caráter de comunidade, em que os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres comuns, o que objetiva alcançar a integração (Saldanha, 2004). Os cidadãos se sentem unidos, através da aproximação entre os nacionais de diferentes países membros dos blocos regionais, porque possuem um vínculo cultural e jurídico similar relativo ao processo de integração ao qual se encontram.

Esta cidadania é muito importante porque ultrapassa a integração com objetivos puramente econômicos e é construída através de um processo histórico e cultural, ou seja, através da educação. Infelizmente, o Mercosul é um bloco que apesar de possuir 16 anos de existência, não conseguiu ultrapassar a fase estritamente econômica. Igualmente, é obstáculo para a construção de uma cidadania própria a rivalidade alimentada pelos meios de comunicação em relação ao Brasil e Argentina.

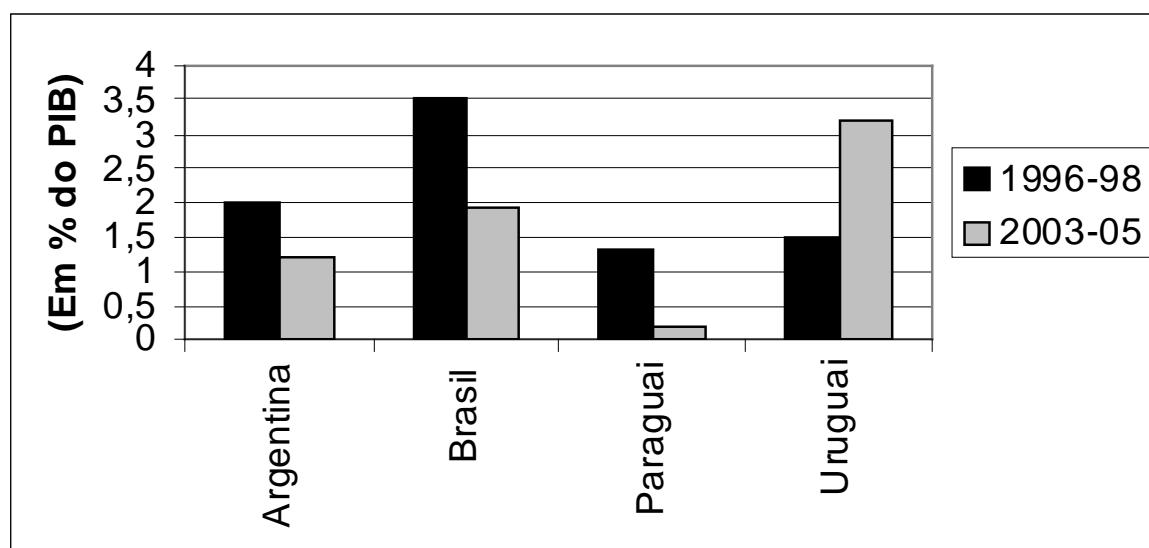
Entretanto, como observa Saldanha (2004), essas dificuldades não deveriam enfraquecer o processo de integração, mas devem ser desafios a serem vencidos. Assim, é preciso que no âmbito do Mercosul se busque a conjunção das heranças culturais dos países-membros, a fim de que o sentimento de pertencimento traga a legitimação social e democrática de que o bloco necessita.

### 3.2.3 Não convergência de políticas macroeconômicas

O Mercosul teve início quando os países que assinaram o Tratado de Assunção lutavam contra as altas taxas de inflação e a estagnação econômica, “fruto da década perdida”. A experiência com planos heterodoxos, como na Argentina e Brasil trouxe resultados limitados no tempo.

Na Argentina, em 1991, foi implantado um plano de convertibilidade, que dolarizou a economia. No Brasil, o governo Collor, em 1991, reteve a maior parte dos ativos financeiros com objetivo de saldar a dívida pública e controlar a inflação, mas o plano não conseguiu alcançar estes objetivos. Somente em 1994 com mecanismo de indexação, foi introduzido o Plano Real com sucesso. As economias do Uruguai e do Paraguai sofreram influências positivas dos processos de estabilização dos vizinhos, porque o nível de atividade, os fluxos de capitais e preços oscilavam conforme o sucesso ou fracasso dos planos dos países vizinhos. Ambos os países não programaram políticas radicais de controle a inflação utilizando para controlar a valorização/desvalorização de sua moeda políticas cambiais e monetárias (Baumann e Mussi, 2006).

De acordo com os autores citados, a coordenação macroeconômica no Mercosul só passou a ser cogitada a partir da desvalorização cambial brasileira, que ocorreu em 1999. Em 2000, os presidentes dos quatro países assinaram uma declaração sobre convergência macroeconômica, onde foram estabelecidas metas de inflação de 5% entre 2001-2005, sendo que a partir de 2006 o núcleo inflacionário não poderia ultrapassar 3% ao ano e a dívida pública não poderia ultrapassar 40% do PIB em 2010. Atualmente, as principais variáveis macroeconômicas, como taxa de câmbio livre, austeridades fiscal, taxas de juros reais positivas como estímulo a poupança interna e compromisso com a estabilidade de preços, através de metas de inflação, estão sendo aplicadas de forma similar em todos os países. A Figura 1 mostra a redução significativa do déficit público nos quatro membros do Mercosul, com exceção do Uruguai que aumentou seu déficit público entre 2003-05 em comparação com o período de 1996-98. Entretanto, no que se refere à dependência estrangeira de recursos, todos os países se mostraram favoráveis, como mostra a Tabela 2.



**Notas:** Para Argentina, administração nacional, Brasil e Uruguai, governo central e para Paraguai, administração central.

**Fonte:** Baumann & Mussi, 2006.

**Figura 1.** Resultado do setor público no Mercosul, períodos selecionados.

**Tabela 2.** Saldo em conta corrente (% do PIB).

	1995	2000	2005
Argentina	-2,0	-3,2	3,2
Brasil	-2,6	-4,0	-0,3
Paraguai	-1,1	-2,3	-0,3
Uruguai	-1,1	-2,8	-
Mercosul	-2,4	-3,7	2,0

**Fonte:** Elaboração própria baseada em dados da CEPAL.

#### 4 Fluxo comercial no Mercosul

Nos quinze anos de implementação do Mercosul aumentaram de forma expressiva os fluxos comerciais dos quatro países com o resto do mundo. Entre 1990 e 1998 as exportações entre os membros quintuplicaram. Entretanto, esses resultados foram neutralizados no Uruguai e Paraguai pelo aumento nas importações.

Apesar de o bloco ter aumentado os fluxos comerciais entre os países membros, a interação entre as economias ainda é baixa. Em 2005, em torno de 8% a 16% das exportações dos sócios maiores do Mercosul, Brasil e Argentina, foram absorvidas no comércio intra-regional. Entretanto, quando se analisa o caso do Uruguai e Paraguai, tem-se que o mercado do Mercosul absorve entre 16% a 26% do valor exportado. Na Tabela 3 é possível analisar esta situação.

**Tabela 3.** Exportações e importações no Mercosul por origem e destino, períodos selecionados.

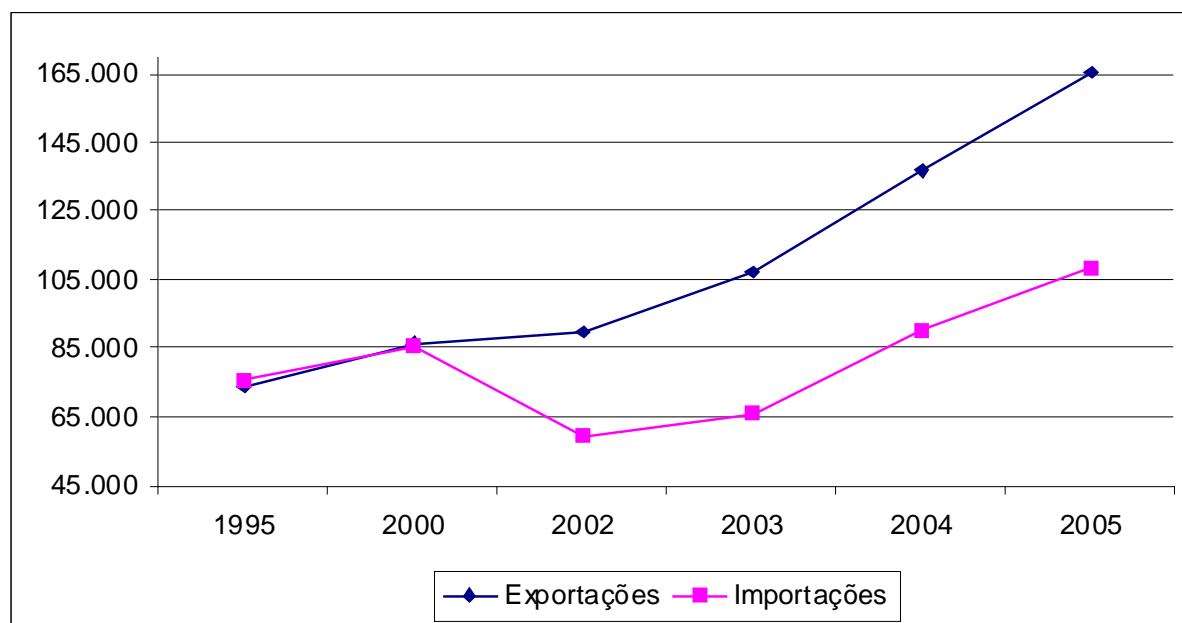
Países/Ano	Destino	Exportações			Importações		
		1995	2000	2005	1995	2000	2005
Argentina							
	Brasil	5.484	6.990	6.335	4.175	6.478	10.186
	Uruguai	663	824	844	286	426	268
	Paraguai	631	595	509	139	294	453
	Mundo	24.903	30.952	45.923	26.804	32.754	35.152
Brasil							
	Argentina	4.023	6.226	9.911	5.748	7.197	6.591
	Uruguai	810	666	848	999	624	510
	Paraguai	1.300	831	960	530	360	329
	Mundo	54.395	64.160	133.739	66.815	73.261	98.796
Paraguai							
	Argentina	83	93	107	518	511	681
	Brasil	410	336	325	681	537	947
	Uruguai	33	122	479	36	72	55
	Mundo	4.783	2.703	3.439	5.746	3.462	3.951
Uruguai							
	Argentina	265	410	266	608	836	785
	Brasil	700	530	458	698	666	824
	Paraguai	24	82	55	13	15	20
	Mundo	3.665	3.877	4.999	3.686	4.214	4.629

**Notas:** Valores em milhões de dólares (FOB). Fonte: Elaboração própria baseada em dados da ALADI e CEPAL.

O aumento expressivo do comércio no Mercosul, comparando-se o período de 1995-2005, teve um elemento importante: uma parcela crescente desse intercâmbio é de transações intra-setoriais. É claro que a Teoria Econômica explica esta situação: sob um regime de livre comércio, as importações do país corresponderão àquela variedade ou conjunto de bens que as firmas não decidiram produzir localmente, o que dará origem ao comércio do tipo intra-indústria.

Como afirma Baumann (2001), um avanço importante foi o aprendizado dos negociadores internacionais dos países envolvidos, fruto da experiência comercial, na descoberta que há ganhos mais expressivos quando um processo negociador com terceiras partes é feito de forma conjunta do que isoladamente. A partir do momento em que foi reconhecida a personalidade jurídica do Mercosul houve negociações com diversos parceiros, quando Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai apresentaram-se como única voz. No Figura 2 é possível analisar o aumento significativo das exportações do Mercosul para o resto do mundo a partir de 1995.





Notas: Valores em milhões de dólares. Fonte: CEPAL.

Figura 2. Balança Comercial do Mercosul, períodos selecionados.

Apesar de todos os sucessos, no âmbito econômico no Mercosul, a intensificação do processo de integração leva necessariamente à descoberta de áreas sensíveis e de temas em relação aos quais às posições conjuntas são difíceis de serem alcançadas. No caso do Mercosul, desde a implementação da união aduaneira, com a adoção da TEC, esta demonstrou a sensibilidade de alguns setores com adequação mais lenta à estrutura tarifária comum aos quatro parceiros.

Em uma UA sabe-se, de acordo com a Nova Teoria do Comércio Internacional, que o efeito criação de comércio implicaria exclusivamente a espacialização setorial da produção, segundo a dotação de fatores existentes em cada país, gerando o desaparecimento de certas indústrias e a transferência de capital e emprego para outras. A ocorrência de comércio intra-indústria induz a especialização da produção no interior de cada setor, o que significa que os impactos da integração econômica sobre a distribuição das atividades econômicas entre os países não levariam ao desaparecimento de setores, mas apenas a redefinição das pautas de produção das firmas e a especialização destas em linhas específicas de produto, o que sem dúvida, minimiza o impacto reestruturante do processo de integração quando se comparam tais resultados com os previstos na teoria econômica tradicional do comércio (Machado, 2000).

Neste contexto, uma situação tem de ser enfrentada de frente. Como não houve implantação de políticas de compensação a setores mais sensíveis, é preciso enfrentar a realidade: se há vontade política de que o Mercosul saia deste híbrido entre ZLC e UA, é preciso a desgravação tarifária e a não proteção por partes dos setores governamentais a certos setores e o imediato funcionamento do FOCEM – Fundo de Reconversão Econômica do Mercosul. Se isto não acontecer deve-se admitir que a vontade política seja fazer do Mercosul uma zona de livre comércio e nada mais. Novamente a questão caminha para o mesmo lado: é preciso governantes com vontade política de que o Mercosul evolua no sentido do Tratado de Assunção. Como afirma Baumann (2001, p.

105), “[...] da mesma forma que a maior parte dos exercícios de integração regional na América Latina, também no Mercosul ficou claro que o processo é mais uma decisão política com resultados induzidos que uma decisão natural dos agentes econômicos”.

A maior parte dos contenciosos esteve sempre no comércio entre Argentina e Brasil, dado o maior peso dos fluxos comerciais destes países entre as relações sub-regionais. Parte dos problemas está relacionada com a dificuldade de alguns setores produtivos se adaptarem a nova situação de abertura comercial associado à adoção de medidas de política por parte dos governos dos países-membros, com independência entre si e quanto aos compromissos comuns (Baumann, 2001).

Devido aos impasses que barram a continuidade do processo integracionista, há dúvidas no que se refere à aceitação do Mercosul por parte da sociedade, empresariado e principalmente o sistema político. Desde a origem do Mercosul, marcado por acordos bilaterais assinados entre Brasil e Argentina, este movimento foi marcado por duas visões convergentes, mas que tinham matrizes diferentes e uma concepção não homogênea acerca do futuro mais distante (Giambiagi & Markwald, 2002). De um lado, o Mercosul era um seguro contra o retrocesso, em temas como fragilidade da democracia e risco de problemas na fronteira (concepção política). Por outro lado, os acordos entre Brasil e Argentina deveriam ser a base para a criação de um bloco econômico com perfil próprio, capaz de constituir-se em *player* relevante no contexto internacional, e a partir do mercado ampliado servir de pólo de atração de investimentos produtivos e de plataforma de exportação a terceiros mercados, através da conquista de economias de escala (concepção econômica). Neste contexto, diferentes visões quanto aos objetivos e abrangência do Mercosul tende a dificultar o progresso das negociações. A partir do momento em que a sociedade e o governo tiverem uma meta a seguir, o Mercosul cumprirá seus objetivos, seguindo os Princípios do Regionalismo Aberto.

## 5 Conclusão

O Mercosul é atualmente uma união aduaneira “imperfeita”, já que a TEC possui uma Lista de Exceções Nacionais, mas apesar dos problemas analisados que são enfrentados pelo Mercosul, vê-se que a estratégia comercial do bloco tem dado certo pelo aumento significativo do fluxo comercial entre os países-membros.

Em vez de buscarem-se novas formas de concerto econômico, ou de seguir-se outros caminhos para o Acordo, deve-se simplesmente continuar com processo já acordado e em certos casos, buscar melhorar e tornar mais eficiente o que já está posto.

Para que os problemas atuais sejam solucionados é preciso vontade política dos agentes econômicos participantes do processo. Os desafios do Mercosul são, a curto e longo prazo promover políticas convergentes, procurar diminuir as assimetrias existentes entre os países-membros e incentivar a busca de uma identidade regional no que tange aos atores sociais. Acredita-se que desta forma, o Bloco avançará para um processo integracionista mais profundo e alcançará o *status* de União Aduaneira “completa”.

Neste contexto, o Mercosul, como área em desenvolvimento, deve defender a existência de um Estado articulador, que seja orientador desta integração regional. Esta é uma tarefa que poderia ser enfrentada pelos governos comprometidos com projetos nacionais e regionais, pois o Mercosul constitui-se em um começo de uma maior inserção da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai no tão concorrido comércio

internacional. Para isto é preciso que os maiores do Mercosul, Brasil e Argentina, dêem prioridade à continuidade da integração nas suas agendas políticas.

## 6 Bibliografia

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO (ALADI). Estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.aladi.br>>. Acesso em: set. 07

BAUMANN, R. & MUSSI, C. **Mercosul: Então e agora?** In: CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Maio, 2006. Brasília. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>>. Acesso em: jun. 06.

BAUMANN, R. Mercosul: origens, logros, desencontros e perspectivas. **In: América Latina. Crescimento no comércio mundial e exclusão social.** Porto Alegre: Editora Dacasa, 2001.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Anuário Estadístico de América Latina e Caribe. 2006. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>> Acesso em set. 07.

GIAMBIAGI, F. MARKWALD, M. M. **A estratégia de inserção do Brasil na economia mundial: Mercosul ou *lonely runner*?** Rio de Janeiro: Ensaios BNDES, maio 2002 (Texto para discussão, n. 14).

MACHADO, J. B. **Mercosul: processo de integração. Origem, evolução e crise.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.

SALDANHA, J. M. L. et all. Educar para integração: a formação de uma identidade e de uma cidadania comuns como condição de possibilidade para a consolidação da ordem comunitária nos blocos regionais. **Revista de Integração Latino-Americana.** ano 1, n.º2. Santa Maria, 2004.